



Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

CNPJ: 21.619.125/0001-74

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
Com relatório dos auditores independentes



Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012563/O-1



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.228	16.435
Títulos e valores mobiliários		11	-
Contas a receber de clientes	5	6.890	11.770
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	3.906	2.296
Outros tributos compensáveis		1.522	367
Créditos com partes relacionadas	7	1.326	1.326
Outros créditos		1.385	1.263
Total do ativo circulante		<u>19.268</u>	<u>33.457</u>
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	20	169.506	143.886
Tributos diferidos		5.602	21.649
Imobilizado	8	584.420	609.006
Intangível	9	5.039	5.233
Total do ativo não circulante		<u>764.567</u>	<u>779.774</u>
Total do ativo		<u>783.835</u>	<u>813.231</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	979	308
Empréstimos e financiamentos	11	38.556	32.658
Instrumentos financeiros derivativos	20	2.983	168
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	-	172
Outras obrigações fiscais	12	891	1.138
Débitos com partes relacionadas	7	28.134	64.477
Ressarcimento mercado regulado	13	18.562	9.757
Outras obrigações		285	225
Total do passivo circulante		<u>90.390</u>	<u>108.903</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	385.013	412.999
Provisão para desmantelamento	14	925	3.130
Total do passivo não circulante		<u>385.938</u>	<u>416.129</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital social		405.750	398.479
Outros resultados abrangentes		(2.317)	1.111
Prejuízos acumulados		(95.926)	(111.391)
Total do patrimônio líquido		<u>307.507</u>	<u>288.199</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>783.835</u>	<u>813.231</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	16	46.008	47.361
Custo do serviço	17	(27.566)	(22.171)
Lucro bruto		<u>18.442</u>	<u>25.190</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(3.960)	(9.086)
Total das despesas operacionais		<u>(3.960)</u>	<u>(9.086)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		14.482	16.104
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	65.659	93.349
Despesas financeiras	18	(57.334)	(153.021)
		<u>8.325</u>	<u>(59.672)</u>
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda		22.807	(43.568)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	19	(148)	(171)
Diferidos	19	(7.194)	15.266
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>15.465</u>	<u>(28.473)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	15.465	(28.473)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(3.428)	(14.089)
Imposto diferido sobre instrumentos financeiros derivativos	-	8.853
Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.037</u>	<u>(33.709)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>407.279</u>	<u>(9.000)</u>	<u>(82.918)</u>	<u>6.347</u>	<u>321.708</u>
Integralização de capital	-	200	-	-	200
Prejuízo do exercício	-	-	(28.473)	-	(28.473)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(14.089)	(14.089)
Impostos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	8.853	8.853
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>407.279</u>	<u>(8.800)</u>	<u>(111.391)</u>	<u>1.111</u>	<u>288.199</u>
Integralização de capital	-	7.271	-	-	7.271
Lucro líquido do exercício	-	-	15.465	-	15.465
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(3.428)	(3.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>407.279</u>	<u>(1.529)</u>	<u>(95.926)</u>	<u>(2.317)</u>	<u>307.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	15.465	(28.473)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Apropriação do custo de transação	636	635
Variação cambial	4	161
Depreciação e amortização	22.551	22.473
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	9.159	11.523
Marcação a mercado de empréstimos e financiamentos	(10.957)	16.229
Instrumentos financeiros derivativos	(6.118)	24.576
Baixas de ativo imobilizado	-	61
Atualização financeira desmantelamento	227	208
Imposto de renda e contribuição social correntes	148	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.194	(15.266)
	38.309	32.127
Aumento (redução) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	4.880	(50)
Tributos a compensar	(2.765)	(831)
Outros créditos	(122)	(816)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	671	(1.241)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	80	524
Débitos com partes relacionadas	(36.343)	9.438
Ressarcimento mercado regulado	8.805	(3.151)
Taxas regulamentares	-	(116)
Outras obrigações	60	119
	13.575	36.003
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(9.265)	(13.291)
Pagamento de juros de instrumentos financeiros derivativos	(4.276)	(2.519)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(647)	(295)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(613)	19.898
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(11)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(203)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(214)	-
Atividades de financiamentos		
Integralização de capital	7.271	200
Recebimentos de instrumentos financeiros derivativos	11.613	8.213
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(30.264)	(24.285)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(11.380)	(15.872)
Variação no caixa líquido da Companhia	(12.207)	4.026
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.435	12.409
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.228	16.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. foi constituída em 6 de novembro de 2014, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Enel Green Power Ituverava Sul Solar explora o potencial solar de 28 MW no município de Taboca do Brejo, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, com contrato vigente até 11 de maio de 2050.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando o indicada a base diferente de mensuração.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Políticas contábeis, estimativa e julgamentos

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos financeiros e seus ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), conforme apropriado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº7.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

3.3. Ativo intangível

O Ativo intangível é composto pela aquisição do projeto eólico. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada, limitada ao período de autorização.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.8. Operações de arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.9. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração dos CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisão para desmantelamento e perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD").

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	792	5.943
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	3.436	10.492
Total aplicações financeiras	3.436	10.492
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.228	16.435

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber de clientes

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	709	387	1.096	6.521
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	5.863	-	5.863	5.318
	6.572	387	6.959	11.839
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(69)	(69)	(69)
	6.572	318	6.890	11.770

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, no montante de R\$ 6.890, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológicos – GSF (*Generation Scaling Factor*). Em setembro de 2021 foi publicada a Lei 14.052/2021, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico para as usinas que comercializam energia no ACL. Dada a publicação da referida lei, que destrava as liquidações do MCP, a Administração acredita que em 2022 a inadimplência seja totalmente recebida. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada pela Companhia em função desse assunto. A provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 está relacionada ao desligamento de alguns agentes do MRE. Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social	3.908	2.296
Total de imposto de renda e contribuição social compensáveis	3.908	2.296
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS	65	65
COFINS	297	297
ICMS	255	-
Outros (a)	905	5
Total de outros tributos compensáveis	1.522	367

(a) A maior representatividade do saldo, no montante de R\$ 894, é caracterizada pelo saldo de imposto de renda a recolher sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

7. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa no 14, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 2021, a Companhia não realizou pagamento de R\$ 1.447 (R\$ 37.577 em 2020) relacionado ao contrato de fruição de utilidades comuns com parte relacionada, dentro do limite contratual estabelecido, embora tenha havido reconhecimento de obrigações relativas a este contrato. Outros pagamentos realizados a partes relacionadas se referem às transações relacionadas a encargos de uso da rede para Enel Cien S.A., integrante do SIN – Sistema Interligado Nacional, e compra de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza da operação	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020			Referência
		Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa)	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa)	
Compra de energia	Enel Green Power Ituverava Solar S.A	-	2.646	-	-	-	-	(i)
	Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A	-	34	-	-	-	-	
	Enel Green Power Delfina A Eólica S.A	-	3	-	-	3	-	
	Isamu Ikeda Energia S.A.	-	3	-	-	-	-	
Repasse de despesas	Enel Green Power Ituverava Solar S.A	1.326	1.858	-	1.326	4.504	-	(ii)
	Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A	-	18	-	-	18	-	
	Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A	-	340	-	-	374	-	
	Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	-	13	-	-	13	-	
	Enelpower do Brasil Ltda.	-	651	-	-	651	-	
	Isamu Ikeda Energia S.A.	-	137	-	-	140	-	
	Socibe Energia S.A.	-	4	-	-	4	-	
	Aplicás Energia S.A.	-	3	-	-	3	-	
Suporte operacional	Enel Green Power S.p.A.	-	20.975	-	-	21.188	(24)	(iv)
	Enel Brasil S.A.	-	1.447	(3.518)	-	-	-	
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	-	-	37.577	(4.088)	(iii)
	Enel Cien S.A	-	2	(19)	-	2	(25)	(v)
Encargos de uso do sistema de transmissão	Enel Cien S.A	-	2	(19)	-	2	(25)	(v)
Total das transações com parte relacionadas		1.326	28.134	(3.537)	1.326	64.477	(4.137)	

- (i) Os saldos referem-se à compra e venda de energia e estão de acordo com os contratos estabelecidos entre as empresas do Grupo Enel.
- (ii) Os saldos são referentes a valores repassados à Companhia relacionados a custos com pessoal incorridos nas atividades, repasse de despesas da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. e repasse de juros sobre empréstimo utilizados para o financiamento do projeto.
- (iii) Os saldos se referem aos custos e as despesas relacionadas às utilidades comuns rateadas com base no acordo intragrupo de rateio de custos de despesas e repasse de despesas da Companhia.
- (iv) O saldo a pagar para a EGP SPA se refere a alocação de custos de suporte de funcionários da matriz no projeto de construção do parque. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques solares, definidos como ativos qualificáveis, os gastos foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.
- (v) O saldo de contas a pagar para a Enel Cien se refere a despesas de taxas de transmissão de energia.

8. Imobilizado

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020 Valor líquido	31/12/2021				Valor líquido
			Desmantelamento	Adição	Depreciação	Transferência	
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	142.191	(2.432)	-	-	209	139.968
Máquinas e equipamentos	30	524.462	-	-	-	314	524.776
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	5	77	-	-	-	(78)	(1)
		<u>666.730</u>	<u>(2.432)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>445</u>	<u>664.743</u>
Depreciação acumulada em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(12.338)	-	-	(4.738)	-	(17.076)
Máquinas e Equipamentos		(49.678)	-	-	(17.505)	-	(67.183)
Arrendamento - CPC 06		(229)	-	-	(114)	-	(343)
		<u>(62.245)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.357)</u>	<u>-</u>	<u>(84.602)</u>
Em curso							
Máquinas e equipamentos		1.478	-	203	-	(445)	1.236
		<u>1.478</u>	<u>-</u>	<u>203</u>	<u>-</u>	<u>(445)</u>	<u>1.236</u>
Arrendamento - CPC 06							
Outros	29	3.043	-	-	-	-	3.043
		<u>3.043</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.043</u>
Total do imobilizado		<u>609.006</u>	<u>(2.432)</u>	<u>203</u>	<u>(22.357)</u>	<u>-</u>	<u>584.420</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020				Valor líquido
		Valor líquido	Desmantelamento	Depreciação	Baixas	Transferência	
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	142.863	(672)	-	-	-	142.191
Máquinas e Equipamentos	30	524.883	-	-	-	(421)	524.462
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	6	-	-	-	-	77	77
		<u>667.746</u>	<u>(672)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(344)</u>	<u>666.730</u>
Depreciação acumulada em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(7.621)	-	(4.717)	-	-	(12.338)
Máquinas e Equipamentos		(32.229)	-	(17.449)	-	-	(49.678)
Arrendamento - CPC 06		(116)	-	(113)	-	-	(229)
		<u>(39.966)</u>	<u>-</u>	<u>(22.279)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(62.245)</u>
Em curso							
Máquinas e equipamentos		1.195	-	-	(61)	344	1.478
		<u>1.195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(61)</u>	<u>344</u>	<u>1.478</u>
Arrendamento - CPC 06							
Outros	30	3.043	-	-	-	-	3.043
		<u>3.043</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.043</u>
Total do imobilizado		<u>632.018</u>	<u>(672)</u>	<u>(22.279)</u>	<u>(61)</u>	<u>-</u>	<u>609.006</u>

9. Intangível

O intangível em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 5.039 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2020) é referente à aquisição do direito de uso do projeto de geração eólica de terceiros. Os referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização.

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.814	(387)	5.427	-	5.427
Amortização	-	(194)	(194)	-	(194)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.814	(581)	5.233	-	5.233
Amortização	-	(194)	(194)	-	(194)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.814	(775)	5.039	-	5.039

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica comprada para revenda	338	49
Encargo de uso da rede	221	13
Materiais e serviços	420	246
Total	979	308

11. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantias	38.556	32.658
Total passivo circulante	38.556	32.658
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantias	385.013	412.999
Total passivo não circulante	385.013	412.999
Total empréstimos e financiamentos	423.569	445.657

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.410	317.960	341.370
Variação cambial	-	113.476	113.476
Encargos provisionados	11.523	-	11.523
Transferências	34.666	(34.666)	-
Amortizações	(24.285)	-	(24.285)
Encargos pagos	(13.291)	-	(13.291)
Custo de transação	635	-	635
Ajuste a valor de mercado	-	16.229	16.229
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.658	412.999	445.657
Variação cambial	(163)	18.766	18.603
Encargos provisionados	9.159	-	9.159
Transferências	35.795	(35.795)	-
Amortizações	(30.264)	-	(30.264)
Encargos pagos	(9.265)	-	(9.265)
Custo de transação	636	-	636
Ajuste a valor de mercado	-	(10.957)	(10.957)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.556	385.013	423.569

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020
Moeda estrangeira						
Bank of China LTD- Milan Branch	USD	LIBOR-06 + 1,764705%	01/12/2031	Aval Enel S.p.A.	104.206	104.830
Santander Madrid	USD	LIBOR-06 + 1,764705%	01/12/2031	Aval Enel S.p.A.	93.761	93.726
Société de Promotion S.A.	EUR	FIXO + 2,28%	15/06/2032	Aval Enel S.p.A.	225.602	247.101
Total moeda estrangeira					423.569	445.657
Total passivo circulante					38.556	32.658
Total passivo não circulante					385.013	412.999

Cláusulas restritivas

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de apuração dos índices
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	2,33	Anual
Proparco	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	1,13	Anual

- (i) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A cláusula restritiva estabelece que a Companhia só pode contratar novas dívidas caso esteja cumprindo a relação dívida líquida/equity estabelecida na cláusula contratual, ou seja, só será verificado o cumprimento do índice em caso de contratação de novos empréstimos.

Cronograma de amortização da dívida de longo prazo:

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
46.990	46.990	41.660	36.331	213.042	385.013

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	-	172
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	-	172
	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	208	401
Programa de integração social - PIS	45	87
Instituto nacional de seguridade social - INSS	220	227
Imposto sobre serviços - ISS	403	405
Outros	15	18
Total de outras obrigações fiscais	891	1.138

13. Ressarcimento mercado regulado

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possui o passivo de R\$ 18.562 (R\$ 9.757 em 31 de dezembro de 2020) referente ao ressarcimento do Mercado Regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para desmantelamento

Durante o exercício de 2021, a Companhia revisou a taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da provisão para desmantelamento, a fim de capturar os movimentos econômicos do período. A revisão gerou uma redução na obrigação de R\$ 2.432 e uma atualização financeira de R\$ 227, resultando no valor total de obrigação no exercício de R\$ 925 (R\$ 3.130 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	3.130	3.594
Revisão de estimativa	(2.432)	(672)
Atualização financeira	227	208
Saldo no final do exercício	<u>925</u>	<u>3.130</u>

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 407.279, dividido em 407.279 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1,00 cada, dos quais R\$ 1.529 estão pendentes de integralização. As ações estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Quantidade de ações (unidades)</u>	<u>% de participação no capital</u>	<u>Quantidade de ações (unidades)</u>	<u>% de participação no capital</u>
Acionista				
Enel Brasil S.A.	407.271.530	100,00%	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	407.271.530	100,00%
Bondia Energia Ltda	7.613	0,00%	7.613	0,00%
Total	<u>407.279.143</u>	<u>100,00%</u>	<u>407.279.143</u>	<u>100,00%</u>

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, líquidos dos impostos, que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 corresponderam ao saldo negativo de R\$ 3.428 (saldo negativo de R\$ 5.236 em 31 de dezembro de 2020).

16. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimento de energia	51.013	52.548
Total da receita operacional bruta	51.013	52.548
(-) Deduções da receita		
PIS	(842)	(879)
COFINS	(3.877)	(4.051)
Taxa de fiscalização	(286)	(257)
Total de deduções de receita	(5.005)	(5.187)
Total da receita líquida	46.008	47.361

17. Custos do serviço e despesas gerais administrativas

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	<u>Custo do Serviço</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Custo do Serviço</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Encargos de uso de rede elétrica	(1.945)	-	(1.945)	(1.997)	-	(1.997)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.220)	-	(1.220)	(202)	-	(202)
Material	(514)	(39)	(553)	(673)	-	(673)
Serviços de terceiros	(973)	(93)	(1.066)	(632)	(110)	(742)
Serviços prestados parte relacionadas	(20)	(3.518)	(3.538)	(25)	(4.112)	(4.137)
Depreciação e amortização	(22.243)	(308)	(22.551)	(17.642)	(4.831)	(22.473)
Seguros	(645)	-	(645)	(763)	-	(763)
Outras despesas	(6)	(2)	(8)	(237)	(33)	(270)
Total	(27.566)	(3.960)	(31.526)	(22.171)	(9.086)	(31.257)

18. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	906	173
Variação cambial ativa	12.650	1.254
Instrumentos financeiros derivativos	51.469	90.732
Outras receitas financeiras	709	1.257
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(75)	(67)
Total de receitas financeiras	65.659	93.349
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(33.490)	(120.894)
Custo de transação	(636)	(635)
Impostos sobre operações financeiras	(52)	(72)
Instrumentos financeiros derivativos	(13.352)	(18.223)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(9.159)	(11.523)
Atualização financeira - Desmantelamento	(227)	(208)
Outras despesas financeiras	(418)	(1.466)
Total da despesas financeiras	(57.334)	(153.021)
Total do resultado financeiro	8.325	(59.672)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro real em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado abaixo:

	2021			2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	22.807	22.807	22.807	(43.568)	(42.538)	(42.538)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	15%	9%	24%	15%	9%	24%
Alíquota adicional incidente sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	0%	10%	10%	0%	10%
	(5.702)	(2.053)	(7.755)	10.915	3.922	14.837
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo						
Variação cambial	53	18	71	(27.872)	(10.034)	(37.906)
Derivativos	5.085	1.806	6.891	16.483	5.935	22.418
Despesas operacionais não dedutíveis	(7)	(2)	(9)	21	7	28
Compensação de prejuízos fiscais	326	109	435	-	-	-
Outros	(143)	(26)	(169)	143	51	194
Total	5.314	1.905	7.219	(11.225)	(4.041)	(15.266)
Benefício fiscal Sudene - Redução do IRPJ	388	-	388	258	-	258
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(148)	(148)	(52)	(119)	(171)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanco patrimonial		Demonstração do resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IR e CS sobre diferenças temporárias	5.602	12.796	(7.194)	15.266
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(35.452)	(28.561)	(6.891)	(22.418)
Prejuízo fiscal e base negativa	1.012	1.447	(435)	-
Provisão materiais e serviços	18	9	9	(28)
Variação cambial	40.024	40.095	(71)	37.906
Outras		(194)	194	(194)
Efeito no resultado do exercício	5.602	12.796	(7.194)	15.266
IR e CS diferidos reconhecidos no patrimônio	-	8.853	-	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	8.853	-	-
Total	5.602	21.649	(7.194)	15.266

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	4.228	4.228	16.435	16.435
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	11	11	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	6.890	6.890	11.770	11.770
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.326	1.326	1.326	1.326
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	80.410	80.410	69.814	69.814
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	89.096	89.096	74.072	74.072
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	979	979	308	308
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	197.967	160.603	198.555	167.691
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado	225.602	225.602	247.101	247.101
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	28.134	28.134	64.477	64.477
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	451	451	1	1
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.532	2.532	167	167

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco de câmbio.

a) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real que aumentaria as despesas financeiras relativas a aquisição de máquinas e equipamentos para a construção do parque solar e na exposição de empréstimos em moeda estrangeira.

Para minimizar o risco cambial sobre os direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes de sua moeda funcional, a Companhia contratou operações com instrumentos derivativos.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (LIBOR, EUR e CDI), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
CDI	30.902	36.976	6.074	42.917	12.015
LIBOR	(273)	242	515	671	944
EURO	1.079	4.562	3.483	7.455	6.376
Total	31.708	41.780	10.072	51.043	19.335

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

As únicas operações de hedge contratadas pela Companhia foram os SWAPs para proteção do fluxo de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD e EUR).

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	-	-	13.121	96.412	113.825	223.358
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	11.108	(106)	15.620	96.931	128.785	252.338
	11.108	(106)	28.741	193.343	242.610	475.696
31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	-	-	22.796	115.440	110.576	248.812
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	11.594	(106)	11.319	99.684	125.515	248.006
	11.594	(106)	34.115	215.124	236.091	496.818

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020					
Swaps de câmbio	(3.409)	(8.098)	(65.374)	(90.861)	(167.742)
	(3.409)	(8.098)	(65.374)	(90.861)	(167.742)
31 de dezembro de 2021					
Swaps de câmbio	2.617	15.122	(43.330)	(83.416)	(109.007)
	2.617	15.122	(43.330)	(83.416)	(109.007)

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31/12/2021
Dívida financeira	257.046
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(4.239)
Dívida líquida (a)	252.807
Patrimônio líquido (b)	307.507
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	45,12%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor de mercado das operações de derivativos foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2021. Os valores da curva e de mercado dos instrumentos financeiros de 31 de dezembro de 2021 estão dispostos abaixo:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Valor de referência (notional)	Posição ativa	Posição passiva	Valor da curva	Valor de mercado	Valor contábil
SWAP	Societ	22/12/2017	22/12/2027	151.188	EUR + 2,28%	BRL CDI + 2,16%	82.434	79.959	79.959
SWAP	Santander	30/03/2017	01/12/2031	147.873	USD Libor + 1,76%	BRL CDI + 2,05%	88.880	89.547	89.547
Total									169.506

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos financeiros de 31 de dezembro de 2020 estão dispostos abaixo:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Valor da curva	Valor de mercado	Valor contábil
SWAP	Societ	22/12/2017	22/12/2027	151.188	EUR + 2,28%	85.666	69.813	69.813
SWAP	Santander	30/03/2017	01/12/2031	147.873	USD Libor + 1,76%	81.647	73.905	73.905
Total								143.718

Os vencimentos dos SWAPS ocorrerão conforme descrito abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020						
Swaps de câmbio	(3.409)	-	(8.098)	(65.374)	(90.861)	(167.742)
	<u>(3.409)</u>	<u>-</u>	<u>(8.098)</u>	<u>(65.374)</u>	<u>(90.861)</u>	<u>(167.742)</u>
31 de dezembro de 2021						
Swaps de câmbio	2.617	-	15.122	(43.330)	(83.416)	(109.008)
	<u>2.617</u>	<u>-</u>	<u>15.122</u>	<u>(43.330)</u>	<u>(83.416)</u>	<u>(109.008)</u>

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CHINA 4131 ITUVERAVA S	11.020	33.843	22.823	52.860	41.840
SAN 4131 ITUVERAVA S	10.588	32.516	21.928	50.787	40.199
SAN 4131 ITUVERAVA S PA	(21.058)	(64.670)	(43.612)	(101.008)	(79.950)
SAN 4131 ITUVERAVA S PP	14.121	16.910	2.789	19.637	5.516
PROPARCO 4131 ITUVERAVA S	16.603	70.144	53.541	114.634	98.031
PROPARCO 4131 ITUVERAVA S PA	(15.108)	(63.826)	(48.718)	(104.309)	(89.201)
PROPARCO 4131 ITUVERAVA S PF	17.393	20.799	3.406	24.129	6.736

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	363.975	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	N/A	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.

22. Eventos subsequentes

Durante o mês de janeiro de 2022 a Companhia recebeu aportes de capital da sua controladora Enel Brasil S.A. que totalizaram o montante de R\$ 7.835.